

SUMÁRIO

PARTE I DIREITO DO TRABALHO

1	FONTES E PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO	23
1.1	Fontes do Direito do Trabalho	23
1.2	Princípios. Introdução	29
1.3	Princípios do Direito do Trabalho. Visão geral	30
1.4	Princípio da proteção. Estudo mais aprofundado	31
1.4.1	Princípio da condição mais benéfica	33
1.4.2	Princípio da norma mais favorável	45
1.4.3	Princípio do <i>in dubio pro operario</i>	52
1.5	Princípios da Administração Pública.....	55
1.5.1	Breve histórico.....	55
1.5.2	Princípios da Administração Pública na Constituição Federal de 1988.....	56
	RESUMO	58
	QUESTÕES	59
2	DIREITO CONSTITUCIONAL DOS TRABALHADORES	67
2.1	Art. 7º da Constituição Federal de 1988	67
2.2	Aplicação dos direitos do art. 7º da Constituição Federal ao servidor público.....	87
	RESUMO	88
	QUESTÕES	89
3	RELAÇÃO DE TRABALHO E RELAÇÃO DE EMPREGO	93
3.1	Relação de trabalho e relação de emprego. Distinção.....	93
3.2	Relações de trabalho <i>lato sensu</i>	96
3.3	Agentes públicos	104
3.3.1	Empregados de empresas estatais	107
3.3.2	Empregados que ingressaram antes da CF/1988. Art. 19 do ADCT.....	109
3.3.2.1	Conversão de regime	111
3.3.3	A “suspensão” do regime jurídico único	116
3.3.4	Servidores temporários	119
3.3.5	Empregados públicos em comissão	123
3.3.6	Competência – Breve resumo	125
	RESUMO	125
	QUESTÕES	126

4	SUJEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO	135
4.1	Sujeitos do contrato de trabalho	135
4.2	Grupo econômico	137
4.3	Sucessão de empresas	138
4.4	Relações envolvendo sujeitos especiais: trabalho do adolescente e trabalho da mulher....	140
4.4.1	Trabalho do adolescente.....	140
4.4.1.1	Trabalho do aprendiz	141
4.4.2	Trabalho da mulher	142
4.5	O Poder Público como empregador.....	147
4.5.1	Restrições às contratações realizadas pela Administração Pública	149
4.5.1.1	Concurso público.....	149
4.5.1.2	Acumulação de postos e teto constitucional	163
4.5.1.3	Restrições trazidas pela legislação eleitoral.....	169
	RESUMO	171
	QUESTÕES	172
5	CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	181
5.1	Caracterização do contrato de trabalho.....	181
5.2	Tipos de contrato de trabalho: por prazo indeterminado; prazo determinado e trabalho intermitente	184
5.2.1	Contrato por prazo indeterminado	184
5.2.2	Contrato por prazo determinado.....	185
5.2.3	Do trabalho intermitente	187
5.3	Alteração no contrato de trabalho.....	189
5.4	Interrupção e suspensão do contrato de trabalho	190
5.4.1	Interrupção	190
5.4.2	Suspensão.....	191
5.5	Do dano extrapatrimonial	193
5.6	Do teletrabalho.....	195
5.7	O contrato de trabalho e as especificidades do poder público. Aspectos gerais.....	197
5.8	Contrato de estágio na Administração Pública	202
	RESUMO	204
	QUESTÕES	205
6	EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	217
6.1	Resilição	217
6.2	Resolução	219
6.3	Rescisão.....	221
6.4	Outras hipóteses de término do contrato de trabalho	221
6.5	Obrigações do empregador decorrentes do término do contrato	225
6.5.1	Extinção da homologação das verbas trabalhistas	225
6.5.2	Recibo de quitação das verbas trabalhistas.....	227
6.5.3	Forma de pagamento das verbas rescisórias.....	227

6.5.4	Prazo para cumprimento das obrigações decorrentes da extinção do contrato de trabalho	228
6.5.5	Fim da assistência na rescisão contratual	228
6.5.6	Multa do art. 477, §8º da CLT	228
6.5.7	Saque do FGTS e requerimento do seguro-desemprego	229
6.5.8	Quitação anual das obrigações trabalhistas.....	229
6.6	Aviso-prévio	229
6.6.1	Duração do aviso-prévio.....	230
6.6.2	Base de cálculo do aviso-prévio	231
6.6.3	Estabilidade durante o aviso-prévio	231
6.6.4	Procedimento	232
6.6.5	Reconsideração do aviso-prévio	232
6.6.6	Falta grave no curso do aviso-prévio.....	232
6.7	Constitucionalidade da rescisão do contrato de trabalho decorrente da extinção de Autarquias.....	232
	RESUMO	234
	QUESTÕES	234
7	ESTABILIDADE.....	249
7.1	A estabilidade no direito do trabalho.....	249
7.1.1	Estabilidades provisórias.....	251
7.2	Estabilidade na Administração Pública e outras prerrogativas dos servidores públicos. Introdução	256
7.3	Cargos públicos e empregos públicos	257
7.4	O ingresso na Administração Pública.....	258
7.5	A disponibilidade.....	258
7.6	A irredutibilidade de vencimentos	259
7.6.1	Irredutibilidade em termos reais ou nominais?	259
7.7	Regime previdenciário	262
7.8	Aposentadoria compulsória	265
7.9	Estabilidade no âmbito da Administração Pública	269
7.9.1	A estabilidade como prerrogativa	269
7.9.2	Estabilidade excepcional. Artigo 19 do ADCT.....	273
7.9.3	Empregados públicos e estabilidade	280
7.9.4	Dispensa de empregado não estável e o dever de motivação dos atos.....	283
7.9.5	Estabilidade da Gestante x Nulidade do contrato de trabalho.....	286
	RESUMO	287
	QUESTÕES	289
8	DURAÇÃO DO TRABALHO E FÉRIAS	299
8.1	Duração da Jornada de trabalho.....	299
8.2	Da anotação do horário de trabalho. Registro de ponto por exceção.....	303
8.3	Horas <i>in itinere</i>	304
8.4	Horas de sobreaviso e prontidão.....	304

8.5	Regime em tempo parcial.....	304
8.6	Períodos de descanso	305
8.6.1	Intervalos.....	305
8.6.2	Descanso semanal remunerado e feriado	306
8.7	Trabalho noturno.....	307
8.8	Férias	308
8.8.1	Perda do direito de férias – Art. 133 da CLT	308
8.8.2	Concessão e época das férias.....	308
8.8.3	Fracionamento das férias	309
8.8.4	Remuneração das férias.....	309
8.8.5	Abono de férias.....	310
	RESUMO	311
	QUESTÕES	312

9 SALÁRIO E REMUNERAÇÃO 335

9.1	Distinção.....	335
9.2	Salário mínimo, salário profissional, piso salarial, salário normativo e salário complessivo.....	336
9.2.1	Salário mínimo.....	336
9.2.2	Salário profissional.....	337
9.2.3	Piso salarial	337
9.2.4	Salário normativo.....	337
9.2.5	Salário complessivo.....	337
9.3	Parcelas salariais.....	337
9.3.1	Comissões e porcentagens	338
9.3.2	Gratificações	340
9.3.3	Décimo terceiro salário	341
9.3.4	Quebra de caixa.....	341
9.3.5	Adicionais	341
9.4	Parcelas sem natureza salarial	347
9.5	Salário utilidade ou salário <i>in natura</i>	348
9.6	Formas e meio de pagamento do salário	350
9.7	Garantias de proteção ao salário.....	350
9.8	Reajustes salariais x limitações orçamentárias.....	350
9.9	Teto remuneratório e a administração pública.....	352
9.10	Teto remuneratório e as empresas estatais	354
9.11	Pagamento indevido no âmbito da administração pública.....	356
9.12	Servidor Público E Remuneração Inferior Ao Salário Mínimo	357
	RESUMO	359
	QUESTÕES	360

10 EQUIPARAÇÃO SALARIAL 383

10.1	Equiparação salarial na CLT	383
10.2	Equiparação salarial e a Administração Pública.....	387

10.2.1 Pleitos por isonomia na Administração Pública.....	389
RESUMO	392
QUESTÕES	392
11 TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS	397
11.1 Aspectos gerais.....	397
11.1.1 Terceirização e responsabilidade da tomadora	401
11.1.2 Crítica doutrinária	402
11.2 Terceirização, trabalho temporário e servidores temporários.....	404
11.2.1 Servidores temporários (art. 37, IX, CF).....	404
11.2.2 Trabalho temporário.....	404
11.3 Terceirização na Administração Pública	405
11.3.1 Aspectos Introdutórios.....	405
11.3.2 A responsabilização da Administração Pública em casos de terceirização de serviços: evolução jurisprudencial.....	408
11.3.3 A contratação ilegal de trabalhadores por empresa interposta e a impossibilidade de formação de vínculo com a Administração Pública.....	422
11.3.4 Observação de cunho processual: necessidade de esgotamento das vias ordinárias para a apresentação de reclamação do STF.....	424
11.3.5 Juros e terceirização	426
RESUMO	426
QUESTÕES	427
12 FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS	433
12.1 Introdução	433
12.2 Órgãos de administração, gestão e operação do FGTS	438
12.3 Parcelas sobre as quais incide o FGTS	439
12.4 Hipóteses de saques dos depósitos	445
12.5 Prescrição quinquenal do FGTS.....	448
12.6 Ônus da prova em relação à regularidade dos depósitos do FGTS.....	450
12.7 FGTS e a administração pública	451
12.7.1 Administração Pública e Certificado de Regularidade do FGTS.....	451
12.7.2 FGTS e o reconhecimento de nulidade do contrato de trabalho com a Administração Pública. Temas de Repercussão Geral nº 916 e 1189. Prescrição quinquenal e prescrição bienal.	452
12.7.3 FGTS e o servidor público ocupante de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, contratado sob o regime jurídico trabalhista.....	455
12.7.4 FGTS e atualização monetária.	456
12.7.5 Justiça competente para as causas quem se pede a declaração de nulidade do contrato temporário firmado com o Poder Público e o depósito do FGTS. Justiça comum.	457
RESUMO	457
QUESTÕES	458

13	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	463
13.1	Prazo prescricional para ingressar com ação trabalhista.....	463
13.2	Prescrição nos Contratos que ainda estão em curso.....	467
13.3	Prescrição total e prescrição parcial.....	467
13.4	Causas que interferem na contagem do Prazo Prescricional.....	469
13.5	Prescrição intercorrente.....	470
13.6	Decadência.....	471
13.7	Prescrição e a administração pública.....	471
13.7.1	Mudança de regime celetista para estatutário. Caracterização da extinção do contrato e início da contagem da prescrição bienal.....	471
13.7.2	Prescrição da pretensão executiva de condenação imposta à Fazenda Pública....	473
13.7.3	Atos de improbidade administrativa na EBCT e não aplicação da prescrição intercorrente.....	474
	RESUMO.....	476
	QUESTÕES.....	476
14	DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	485
14.1	Organização sindical brasileira.....	485
14.1.1	Fundação do sindicato e a Convenção nº 87 da OIT.....	487
14.1.2	Livre filiação dos trabalhadores.....	488
14.1.3	Organização do sindicato.....	489
14.1.4	Custeio do sindicato.....	489
14.1.5	Legitimidade dos sindicatos para pleitear direitos da categoria.....	495
14.2	Contribuição confederativa.....	497
14.3	Contribuição assistencial. tema de repercussão geral nº 935.....	498
14.4	Federação e confederação.....	499
14.4.1	Órgãos das Federações e Confederações.....	500
14.5	Centrais Sindicais.....	500
14.6	Representação dos trabalhadores no local de trabalho.....	502
14.7	Liberdade sindical e a previsão legal de número máximo de dirigentes sindicais dotados de estabilidade de emprego.....	503
14.8	Negociação Coletiva.....	505
14.8.1	Distinção entre convenção e acordo coletivo de trabalho.....	505
14.8.2	Legitimados para as negociações coletivas.....	509
14.8.3	Prazo de vigência.....	509
14.8.4	Normas para conciliação de divergências.....	510
14.8.5	Prorrogação e revisão total ou parcial dos dispositivos.....	510
14.9	Os dissídios econômicos e a Administração Pública.....	511
14.10	Sindicatos de trabalhadores submetidos ao regime estatutário. Incompetência da justiça do trabalho.....	515
14.11	Lei estadual x prestação de contas pelos sindicatos.....	518
14.12	Justiça do Trabalho não pode exigir a prévia conclusão da negociação coletiva para que as entidades da administração pública possam demitir os seus empregados e realizar a sua extinção.....	519
	RESUMO.....	520
	QUESTÕES.....	521

15 GREVE.....	531
15.1 Aspectos gerais	531
15.2 Greve abusiva	534
15.3 <i>Lock-out</i>	539
15.4 Direitos e deveres dos grevistas	539
15.5 Greve em serviços essenciais.....	539
15.6 Requisitos para o exercício do direito de greve	540
15.7 Comissão de conciliação prévia.....	541
15.8 Aspectos gerais.....	543
15.8.1 Direito de greve e a Administração Pública: evolução jurisprudencial no âmbito do STF.....	543
15.8.1.1 As teorias acerca do mandado de injunção	544
15.8.1.2 Posicionamento do STF	545
15.9 Principais características da greve não abusiva no serviço público	551
15.9.1 Tentativa séria de composição das partes	551
15.9.2 Assembleia geral.....	554
15.9.3 Prazo de comunicação.....	555
15.9.4 Manutenção dos serviços essenciais.....	556
15.9.5 Movimento pacífico	558
15.10 Principais precedentes jurisprudenciais	559
15.10.1 Desconto de salário pelos dias paralisados.....	559
15.10.2 Competência.....	562
15.10.3 Greve de policiais.....	563
RESUMO	565
QUESTÕES	565
CONCLUSÃO DA PRIMEIRA PARTE.....	571

PARTE II
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

INTRODUÇÃO	575
16 DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO. PRINCÍPIOS E FONTES	577
16.1 Princípios processuais trabalhistas.....	577
16.2 Fontes do processo do trabalho	580
RESUMO	580
QUESTÕES	581
17 COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA E A ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	585
17.1 Comissão de conciliação prévia.....	585
17.2 Organização da Justiça do Trabalho.....	590
RESUMO	592
QUESTÕES	592

18	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	595
18.1	Aspectos gerais do MPT	595
18.2	MPT e a Administração Pública	598
	RESUMO	601
	QUESTÕES	601
19	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	603
19.1	Conceito e critérios de divisão	603
19.2	Competência material da Justiça do Trabalho	604
	19.2.1. Análise do art. 114 da CF/88	604
	19.2.2 Tribunais Superiores e a delimitação da competência. Justiça do Trabalho X Justiça Comum	614
19.3	Competência em razão do lugar ou territorial da Justiça do Trabalho	628
19.4	Competência funcional da Justiça do Trabalho.....	631
19.5	Modificação de competência na Justiça do Trabalho.....	635
19.6	Competência normativa da Justiça do Trabalho	637
19.7	Servidores da Administração Pública e o art. 114, I, da CF/88	639
	19.7.1 Empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista (pessoas jurídicas de direito privado).....	639
	19.7.2 Servidores públicos estatutários e servidores públicos celetistas	644
	19.7.3 Servidores temporários – art. 37, IX, CF/88.....	650
	19.7.4 STJ - Conflito de Competência: caso de reclamação trabalhista ajuizada por servidor admitido SEM concurso público e sob o regime celetista antes da CF/88, na qual houve a cumulação de pedidos referente ao período posterior, trabalhado sob o regime de contratação temporária	653
	19.7.5 Os casos de conversão do vínculo dos servidores no seio da Administração Pública (transposição do regime celetista para o regime estatutário)	655
	19.7.6 Competência para o processamento e julgamento de ações de servidor envolvendo o FGTS.....	667
	19.7.7 Competência para o processamento e julgamento do dissídio de greve dos servidores públicos.....	668
	19.7.8 Competência para processar e julgar controvérsias relacionadas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do concurso público em face da Administração Pública, direta e indireta, nas hipóteses em que adotado o regime celetista de contratação de pessoal	669
	19.7.9 Competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar ação de consignação em pagamento movida pela União contra sociedade empresária por ela contratada para a prestação de serviços terceirizados	670
	19.7.10 Competência para processar e julgar ações que tratem sobre as condições de trabalho dos detentos	671
	19.7.11 Competência para processar e julgar ações que objetivam a imposição de medidas para a erradicação do trabalho infantil	671
	19.7.12 Competência para processar e julgar pedido de reintegração de empregado público após aposentadoria voluntária.....	674

19.7.13 A Justiça Comum é competente para julgar ação ajuizada por servidor celetista contra o Poder Público em que se pleiteia parcela de natureza administrativa....	676
19.7.14 Tabela sobre competências	677
19.8 Súmula 736 do STF.....	678
RESUMO	682
QUESTÕES	683
20 TIPOS DE PROCEDIMENTOS NO PROCESSO DO TRABALHO	695
20.1 Procedimento comum ordinário	695
20.2 Procedimento sumário.....	696
20.3 Procedimento sumaríssimo.....	698
20.4 Procedimento especial: inquérito para a apuração de falta grave	702
20.5 Vedação de aplicação do procedimento sumaríssimo nas causas em que for parte a administração pública direta, autárquica e fundacional.....	703
20.6 Desnecessária a instauração do inquérito judicial previsto no artigo 853 da clt para apuração de falta grave, nos casos de empregado público detentor da estabilidade prevista no artigo 19 do ADCT	704
RESUMO	704
QUESTÕES	705
21 DAS PARTES E DOS PROCURADORES.....	717
21.1 Capacidade de ser parte	717
21.2 Capacidade processual.....	718
21.3 Capacidade postulatória	720
21.4 Advogados na Justiça do Trabalho	723
21.5 Conceito de Fazenda Pública	736
21.6 Representação jurídica da Fazenda Pública no processo do trabalho.....	740
21.7 Honorários advocatícios e a Fazenda Pública.....	746
21.8 Constitucionalidade do pagamento de HONORÁRIOS advocatícios aos advogados públicos.....	753
RESUMO	756
QUESTÕES	758
22 ATOS, PRAZOS, NULIDADES E DESPESAS PROCESSUAIS	767
22.1 Atos processuais.....	767
22.2 Prazos processuais	770
22.3 Nulidades.....	770
22.4 Despesas processuais.....	771
22.4.1 Custas e emolumentos.....	771
22.4.2 Depósito recursal	774
22.4.3 Honorários do perito.....	775
22.5 A comunicação dos atos processuais e a Fazenda Pública	776
22.6 A Fazenda Pública e a prerrogativa dos prazos diferenciados.....	776
22.7 Despesas processuais e a Fazenda Pública.....	780
22.7.1 Das custas processuais.....	780

22.7.2	Do depósito recursal.....	780
	RESUMO	780
	QUESTÕES	782
23	RECLAMAÇÃO. EXCEÇÕES E CONTESTAÇÃO. REVELIA. RECONVENÇÃO. CONCILIAÇÃO. AUDIÊNCIAS. JUSTIÇA GRATUITA	793
23.1	Reclamação	793
23.2	Contestação e exceções	794
23.2.1	Contestação.....	794
23.2.2	Exceções	796
23.3	Revelia	799
23.4	Reconvenção.....	800
23.5	Audiência	801
23.6	Justiça Gratuita.....	807
23.7	Fazenda Pública X Revelia.....	810
23.8	Fazenda Pública X obrigatoriedade de comparecimento à Audiência e apresentação de defesa	811
	RESUMO	814
	QUESTÕES	818
24	DAS PROVAS.....	823
24.1	Conceito, objeto e destinatários.....	823
24.2	Princípios da prova.....	825
24.2.1	Isonomia.....	825
24.2.2	Contraditório e ampla defesa	826
24.2.3	Proibição da prova ilícita.....	827
24.2.4	Dispositivo e inquisitivo.....	828
24.2.5	Necessidade.....	829
24.2.6	Oralidade.....	829
24.2.7	Imediação ou Imediatidade	830
24.2.8	Comunhão da prova	830
24.3	Ônus da prova	830
24.3.1	Introdução.....	830
24.3.2	Distribuição do ônus da prova	832
24.3.2.1	Teoria Estática	832
24.3.2.2	Teoria Dinâmica.....	832
24.3.2.3	Teoria Convencional	833
24.3.2.4	Alguns casos na jurisprudência de ônus da prova	834
24.4	Prova emprestada.....	836
24.5	Meios de prova	837
24.5.1	Interrogatório e depoimento pessoal.....	837
24.5.2	Confissão	838
24.5.3	Prova testemunhal	838
24.5.4	Prova documental	839

SUMÁRIO

24.5.5	Prova pericial.....	840
24.5.6	Inspeção judicial.....	842
24.6	Encerramento da instrução.....	842
24.7	Provas e a Fazenda Pública.....	842
24.7.1	Necessidade de comprovação de legislação local.....	842
24.7.2	Princípio da isonomia e a Fazenda Pública.....	842
24.7.3	Ônus da prova e a Fazenda Pública.....	843
24.7.4	Prova documental e a Fazenda Pública.....	845
	RESUMO.....	845
	QUESTÕES.....	847
25	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	851
25.1.	Inquérito para apuração de falta grave.....	851
25.1.1	Conceito e cabimento.....	851
25.1.2	Prazo para propositura da ação.....	852
25.1.3	Peculiaridades do procedimento.....	853
25.1.4	Efeitos da sentença.....	853
25.2	Ação Civil Pública.....	854
25.2.1	Introdução.....	854
25.2.2	Cabimento.....	854
25.2.3	Interesses tutelados.....	855
25.2.4	Competência.....	856
25.2.5	Legitimidade.....	860
25.2.6	Objeto e Tutelas de Urgência.....	861
25.2.7	Prescrição.....	863
25.2.8	Litispêndência.....	863
25.2.9	Instrução.....	864
25.2.10	Sentença e seus efeitos.....	864
25.2.11	Despesas processuais e honorários advocatícios.....	866
25.2.12	Fazenda Pública e a ACP na Justiça do Trabalho.....	866
	RESUMO.....	867
	QUESTÕES.....	868
26	RECURSOS NO PROCESSO DO TRABALHO.....	869
26.1	Disposições gerais.....	869
26.1.1	Conceito de recurso.....	869
26.1.2	Classificação dos recursos.....	870
26.1.3	Princípios recursais.....	872
26.1.4	Efeitos dos recursos.....	874
26.1.5	Juízo de admissibilidade.....	874
26.1.6	Pressupostos recursais.....	875
26.1.7	Possibilidade excepcional de juntada de documentos na fase recursal.....	883
26.1.8	Honorários recursais em sede de Ação Rescisória.....	883
26.2	Recursos trabalhistas em espécie.....	884

26.2.1	Embargos de declaração.....	884
26.2.2	Recurso Ordinário.....	886
26.2.3	Agravo de petição.....	888
26.2.4	Recurso de Revista.....	890
26.2.4.1	Da Transcendência x Responsabilidade Subsidiária da Administração Pública.....	896
26.2.5	Embargos ao TST.....	909
26.2.6	Agravo de instrumento.....	912
26.3	Remessa Necessária.....	913
26.4	Prazos recursais da Fazenda Pública.....	918
26.5	Legitimidade e representação da Fazenda Pública.....	918
26.6	Preparo e Custas nas ações que envolvem a Fazenda Pública.....	919
	RESUMO.....	921
	QUESTÕES.....	923
27	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO.....	951
27.1	Liquidação de sentença.....	951
27.2	Execução.....	958
27.2.1	Disposições gerais.....	958
27.2.2	Responsabilidade patrimonial.....	959
27.2.3	Modalidades de execução.....	962
27.3	Meios de defesa.....	975
27.3.1	Embargos à execução.....	975
27.3.2	Exceção de pré-executividade.....	977
27.3.3	Impugnação à decisão de liquidação.....	978
27.3.4	Embargos de terceiros.....	978
27.4	Prescrição intercorrente no processo do trabalho.....	979
27.5	Execução contra a Fazenda Pública.....	979
	RESUMO.....	992
	QUESTÕES.....	995
28	DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO.....	1005
28.1	Da decadência.....	1006
28.2	Da prescrição.....	1007
28.2.1	Introdução.....	1007
28.2.2	Das formas de prescrição.....	1008
28.2.3	Disposições legais a respeito da prescrição.....	1008
28.2.4	Regras básicas sobre a prescrição trabalhista.....	1010
28.2.4.1	Regramento com previsão constitucional.....	1010
28.2.4.2	Prescrição total e parcial.....	1011
28.2.4.3	Causas que interferem na contagem do prazo prescricional.....	1011
28.2.4.4	Prescrição nos casos envolvendo o FGTS.....	1012
28.2.4.5	Prescrição em ações meramente declaratórias.....	1012
28.2.5	Prescrição Intercorrente no Processo do Trabalho.....	1013

28.2.5.1	Da Prescrição Intercorrente no Âmbito do Processo do Trabalho antes mesmo da Reforma Trabalhista	1019
28.2.5.2	Da Divergência (ou não) entre os posicionamentos do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior do Trabalho	1022
28.2.5.3	Termo inicial do prazo prescricional intercorrente. Normas aplicáveis subsidiariamente à CLT no que tange a prescrição intercorrente	1025
	RESUMO	1032
	QUESTÕES	1033
29	AÇÃO RESCISÓRIA	1043
29.1	Cabimento	1043
29.2	Ação Rescisória e Execução.....	1045
29.3	Hipóteses.....	1045
29.3.1	Prevaricação, Concussão ou Corrupção do juiz	1046
29.3.2	Decisão proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente	1047
29.3.3	Quando a decisão resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei	1048
29.3.4	Ofender a coisa julgada	1049
29.3.5	Violar manifestamente norma jurídica	1050
29.3.6	Fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória.....	1050
29.3.7	Obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável	1051
29.3.8	For fundada em erro de fato verificável do exame dos autos.....	1051
29.4	Competência.....	1053
29.5	Legitimidade.....	1055
29.6	Prazo	1057
29.7	Procedimento	1057
29.8	Honorários recursais em sede de Ação Rescisória	1058
29.9	Peculiaridades da Fazenda Pública.....	1059
29.9.1	Prazo	1059
29.9.2	Depósito Prévio.....	1059
	RESUMO	1060
	QUESTÕES	1062
30	MANDADO DE SEGURANÇA	1071
30.1	Pressupostos	1072
30.2	Prazo Decadencial	1072
30.3	Legitimidade Ativa	1073
30.4	Individual ou Coletivo	1073
30.5	Legitimidade Passiva	1074
30.6	Importância do Mandado de Segurança na Justiça do Trabalho: Irrecorribilidade Imediata das Decisões Interlocutórias.....	1075

30.6.1	Outras hipóteses de não cabimento do mandado de segurança.....	1077
30.7	Competência.....	1078
30.8	Procedimento	1079
30.8.1	Indeferimento da Petição Inicial.....	1079
30.8.2	Recebimento da Petição Inicial.....	1080
30.8.3	Recursos	1081
30.9	Efeitos.....	1082
30.10	Peculiaridades da Fazenda Pública.....	1084
	RESUMO	1085
	QUESTÕES	1086
31	DISSÍDIO COLETIVO.....	1093
31.1	Conceito e Classificações.....	1093
31.2	Pressupostos Processuais Específicos.....	1094
31.2.1	Tentativa de Negociação Prévia e Comum Acordo.....	1094
31.2.2	Autorização em Assembleia.....	1095
31.2.3	Respeito à Época Própria de Ajuizamento.....	1096
31.2.4	Fundamentação das Cláusulas Reivindicadas.....	1097
31.2.5	Cumprimento do Estatuto	1098
31.3	Competência.....	1098
31.4	Legitimidade.....	1099
31.5	Procedimento	1100
31.5.1	Sentença Normativa.....	1101
31.5.2	Extensão	1102
31.5.3	Revisão	1102
31.5.4	Recursos	1103
31.6	Ação de Cumprimento.....	1103
31.7	Dissídio de Greve.....	1104
	RESUMO	1109
	QUESTÕES	1111

PARTE III SÚMULAS E ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DO TST RELEVANTES À ADVOCACIA PÚBLICA

DIREITO DO TRABALHO	1119
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	1133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1149

PARTE I – Direito do Trabalho.....	1149
PARTE II – Direito Processual do Trabalho.....	1151